

SESSÕES DO PLENÁRIO

121ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de dezembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Eduardo Salles comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 30/11/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Gostaria de submeter ao Plenário as atas da 116ª, 117ª, 118ª e da 119ª sessão ordinária, realizadas, respectivamente, em 28, 29 e 30 de novembro de 2016 e 05 de dezembro de 2016; da 17ª sessão extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2016; das sessões especiais 58ª e 59ª, realizadas em 24 de novembro de 2016, e 60ª, realizada em 28 de novembro de 2016.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente.(**Oradores Inscritos**)

Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos. Esse joga tanto com o estádio cheio quanto com o estádio vazio. A sua atuação é sempre de primeira.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados que nos ouvem nesta Casa, todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, nós estamos assistindo, nesta última quadra da política, um horizonte de perplexidade muito grande, de insegurança tanto do ponto de vista jurídico quanto do ponto de vista da harmonia entre os Poderes.

Com esse pano de fundo em nível nacional, a crise política aponta para ações claramente conflitantes com o que reza a carta da Constituição Federal de 88, que seria a construção de um Estado de bem-estar social no Brasil. A PEC do fim do mundo, a PEC nº 55, que está no Senado, tem o condão de diminuir o Estado brasileiro. Ela aponta que, no futuro regime fiscal, naquilo que se denominou de “novo regime fiscal”, o tamanho dos gastos sociais, o tamanho do gasto público não vai levar em consideração a demografia do País. Dentro de apenas 15 anos, o País terá 207 milhões de brasileiros, sendo que quase 38 milhões serão idosos. Com os gastos nivelados pela inflação, a educação e a saúde serão comprimidas – ousadia que ninguém fez no mundo moderno, em nenhum momento da história recente do mundo.

Agora tem-se as mudanças que irão ferir de morte o interesse da classe trabalhadora em relação à previdência oficial: o brasileiro terá de contribuir 49 anos, se essa mudança constitucional acontecer. Ou seja, para se aposentar com 65 anos, que é a idade de hoje, ele terá de começar a trabalhar com 16 anos, começando a contribuir, para ter 100% do benefício. Parece brincadeira! Eu quero ver quantas vozes aqui irão se levantar contra esse estado de coisas.

Lembro muito bem que diversos foram os parlamentares que quando aquelas Galerias estavam cheias e nós estávamos preocupados em dar sustentabilidade à Previdência Estadual, discursos inflamados aconteceram, mas agora, na frente dos nossos olhos, uma mudança que significa subtrair, inclusive, direitos, o que irá suscitar demandas judiciais de toda ordem, a exemplo daqueles com mais de 50 anos, homens, e mais de 45 anos, mulheres. O tempo que resta para suas aposentadorias conquistadas neste momento terá que ser adicionada à metade, ou seja, alguém que iria se aposentar com 65 anos só poderá fazê-lo aos 67 anos e meio, após o jogo ser jogado. Então isso é a antessala de um mundo de demandas jurídicas que aponta claramente e indubitavelmente para a diminuição ou simplesmente a morte da

perspectiva de um Estado de bem-estar em nosso País. Coisa que a Europa já fez há muito tempo atrás e todos os países desenvolvidos do mundo, Sr. Presidente.

Haveremos de testemunhar dias, que lamentavelmente não testemunhamos até então. Nós que não almejamos sequer a perspectiva de termos um sistema de saúde adequado, um sistema de educação razoável, e olha: nós estamos entre as 10 maiores economias do mundo moderno. Então, são esses os brindes que a sociedade brasileira está a receber deste governo que se encontra de plantão, ilegítimo e que, sem sombra de dúvidas, está aí e não mereceu nenhuma legitimidade do povo brasileiro.

São essas as minhas advertências, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Sr. Deputado Joseildo Ramos, por favor, assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

(O Sr. Joseildo Ramos assume a Presidência dos trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra, inscrito no Pequeno Expediente, o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Joseildo Ramos, você que nos assiste pela *TV Assembleia*, é um momento muito delicado da política nacional e é necessário que aqueles que estão à frente, diante dos holofotes, tenham muito cuidado no que vão reverberar, pois isso está estimulando conflitos e nós estamos observando muitos brasileiros se confrontando. Vi algumas cenas esta semana em aeroportos, depois da entrevista dos procuradores que estão à frente da Lava-Jato, no estado do Paraná.

Por que o cuidado com o que eles falam? Porque agora há uma verdadeira histeria, há um apelo na fala desses procuradores e muitos brasileiros vivendo um momento de agonia, de estresse acabam assimilando e estão agredindo. Vi em um vídeo, que está circulando, um cidadão no aeroporto agredindo um deputado, porque disse que esse deputado quer acabar com a Lava-Jato. Simplesmente foi o deputado que apresentou o projeto que estabelece a lei de abuso de autoridade, e ele estava revoltado tentando agredir o deputado, porque o deputado quer acabar com a Lava Jato.

Então, esse é o momento das pessoas que estão à frente do processo, seja no Judiciário, no Ministério Público, na classe política, terem muito cuidado com o que dizem. As pessoas estão assimilando isso, as pessoas não estão parando mais para pensar, para raciocinar. Você acessa às redes sociais e é o dia todo as pessoas se xingando, a se agredir. As pessoas começam a conversar, hoje, numa mesa de bar e, de repente, um começa a agredir o outro, um defende o juiz Sérgio Moro, o outro ataca.

A boa convivência nos tem preocupado, porque muitos brasileiros começam a assimilar isso como uma coisa do dia a dia, uma coisa comum, a estar diante da televisão e o seu dia passar a ser carregado de emoções, de estresse, de preocupações com o que está acontecendo na política nacional.

Mas quero, também, fazer referência ao assunto de que o deputado Joseildo Ramos tratou aqui, que é a reforma da Previdência. Eu sou um brasileiro com quase

40 anos de contribuição como profissional do rádio, porque comecei a trabalhar com 18 anos de idade. A minha carteira foi assinada no dia 1º de abril de 1978. Por tempo de serviço, eu já poderia estar aposentado.

O sacrifício até admito fazer, desde quando esse sacrifício seja dividido por todos, seja repartido com todos, e não com o trabalhador. É esse que tem que carregar, que tem que pagar o pato! Já não basta o seu salário achatado, e tem que pagar a grande carga dessa reforma da Previdência!

Que haja reforma da Previdência, mas que todos nós, de um modo geral, políticos, Ministério Público, Judiciário, servidor público, profissionais liberais, enfim, que todos tenham uma carga igual e não sobrecarregar quem não tem o poder de gritar, quem não tem o poder de decisão. Esse é que tem que pagar essa carga? Já não basta toda essa dificuldade, todo esse sofrimento?

Portanto, meu caro Joseildo, eu quero, em parte, ser consoante com o seu pronunciamento. Nós precisamos, sim, da reforma da Previdência, mas que todos tenham a sua cota de sacrifício. Por que sempre cai nas costas do trabalhador? Por que sempre nas costas daquele que não tem a voz de gritar?

Eu não gosto disso: “Ah, porque os políticos terão um tratamento diferenciado. Os militares, um tratamento diferenciado.” Nós somos todos brasileiros, todos somos da Previdência, contribuímos com mais ou com menos, com mais tempo de serviço ou não, mas todos nós somos contribuintes. Espero que o governo trate todos de forma igualitária.

Quando poupa uma categoria, o governo está sinalizando que essa é uma categoria de privilegiados, e isso faz com que o argumento de quem defende a reforma da Previdência seja fragilizado. Que todos paguem, que todos sejam responsáveis.

E é necessário que haja essa reforma. Caso contrário, segundo os economistas, em pouco tempo a Previdência será implodida, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Ainda no Pequeno Expediente...

O Sr. Carlos Geilson:- A deputada Fabíola Mansur vai usar da palavra? Caso contrário, eu pediria a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Ela irá a usar da palavra.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, a deputada Fabíola Mansur, por até 5 minutos.

A Srª FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, deputado Joseildo Ramos, também nobre presidente da CCJ, um deputado qualificadíssimo desta Casa, a quem admiro, nobre deputado Carlos Geilson e demais pessoas presentes a esta sessão, eu fiz questão de falar hoje depois de uma grande audiência pública que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher organizou aqui sobre o Serviço Viver.

O Serviço Viver existe desde 2001, é um serviço do Estado que tem duas unidades, uma funciona no IML e a outra em Periperi. E é um serviço que cuida de mulheres vítimas de violência sexual.

Esse serviço já atendeu nesse período mais de 12 mil pessoas e familiares

dessas pessoas. Se somarmos os familiares, vamos ter mais que 30 mil. O serviço, hoje dirigido pela Dr^a Daise, o Serviço Viver, o Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual, é um programa conduzido pela Secretaria da Segurança Pública e conta com médicos, psicólogos, assistentes sociais e, sobretudo, advogados.

É, às vezes, o primeiro atendimento – e feito de forma humanizada – a essas vítimas de violência sexual, que não são só mulheres, muitas vezes são crianças e adolescentes. Vimos depoimentos da sua diretora, que nos contou que a mais jovem vítima tinha apenas 5 meses de idade, um bebê. Tivemos a presença da Defensoria Pública, do Ministério Público, da rede de enfrentamento à violência contra a mulher e das secretarias representadas, quais sejam: a Secretaria da Segurança, Pública, através do seu superintendente de Prevenção à Violência, coronel Fontes, e a Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Dr^a Leísa, representando o secretário Geraldo Reis. Tivemos ainda a presença da vereadora Aladilce presidente da Comissão de Mulheres.

A nossa missão nessa audiência, deputado Joseildo, foi, além de celebrar os 15 anos de existência do Serviço Viver, falar da situação atual que vive com a diminuição da sua estrutura, com o fechamento da unidade de Periperi – e falar também da sensibilidade que tiveram as secretarias e o nosso governador Rui Costa para resolver o problema, criando grupos de trabalho para debater como podemos fortalecer um serviço que é tão exitoso e que recebeu tantos prêmios. No Estado da Bahia, tem o maior reconhecimento de todas as mulheres e é pioneiro em relação a outros Estados do Brasil.

Tivemos várias falas, todas no intuito de fortalecer, ampliar e interiorizar o trabalho. Então, hoje, talvez seja a última audiência pública da Comissão Direitos da Mulher. Por ocasião dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, houve a escolha de um tema, que é o Serviço Viver. Tenho certeza de que os desdobramentos serão com a solicitada audiência ao nosso governador Rui Costa, que é sensível ao tema, e com a sensibilidade dos secretários envolvidos no tema, aliás são 4 secretarias porque temos o secretário Edelvino Goes, da SAEB, e o próprio secretário Bruno Dauster, da Casa Civil, todos entendendo a importância do serviço e a importância de o Estado fortalecê-lo, pois cuida de pessoas, mas, sobretudo, de mulheres vítimas de violência sexual. As estatísticas, os índices dessas ocorrências são ainda assombrosos.

Tivemos depoimentos muito emotivos, muito emocionados, e uma das coisas que nos fazem estar aqui, deputado Joseildo, é defender essas causas, essas bandeiras, é levar um pouco de alívio ao sofrimento dessas vítimas. Então, estão todos de parabéns. Tenho certeza de que o governador estará sensível, de que os grupos de trabalho fizeram uma excelente pesquisa e de que o Serviço Viver não só teve 15 anos exitosos, como terá mais outras décadas cuidando das vítimas de violência sexual. Queria parabenizar pela sua existência e torcer para que todos nós, unidos, possamos fortalecer um serviço que é tão importante à população baiana.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Carlos Geilson:- Pela ordem, meu caro e nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Parabéns, deputada. Parabenizo-a pela iniciativa.

Pela ordem, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Joseildo, antigamente se dizia que a sua cidade era a terra da laranja, agora se fala que é Cruz das Almas. Sr. Presidente, nesta tarde de quarta-feira, Plenário vazio, nós tínhamos muitos assuntos para debater neste momento em que a política nacional está efervescendo, mas estamos aqui solitários, eu, V.Ex^a, que preside a sessão, e a nobre deputada Fabíola Mansur. Por isso, peço que o nobre deputado proceda a uma verificação de quórum para continuidade da sessão – quando acaba de adentrar o Plenário o nobre deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Não é possível continuar a sessão, porque só há 4 deputados presentes. Portanto, declaro-a encerrada às 15h05min.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.